

**ASSESSORIA JURÍDICA****PARECER JURÍDICO Nº 13/2024/AJ/PARCERIAS**

Referência: Termo de Colaboração, Lei nº 13.019/2014, Parcerias.  
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Ijuí  
CTG Clube Farroupilha

**Relatório**

Chega a Assessoria Jurídica do Município de Ijuí/RS, expediente administrativo em epígrafe, oriundo da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo - SM CET, onde há solicitação de análise jurídica acerca da possibilidade de realização de parceria, e transferência de recursos, através de Termo de Fomento com o CTG Clube Farroupilha, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 89.649.313/0001-89, localizada na Rua Francisco Berenhauser, nº 666, Bairro Penha, município de Ijuí/RS, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. Altemir Thomé da Rosa, portador do CPF de nº 724.951.030-89, para possibilitar o trabalho do Projeto "Fomento a cultura gaúcha através da realização do projeto apresentado para a realização do 72º Congresso Tradicionalista Gaúcho.

Desta forma, por força do disposto no art. 3º c/c Anexo III da Lei nº 7.377, de 20 de Janeiro de 2023, os autos da solicitação vieram a esta Assessoria Jurídica para análise e parecer de tal questão.

É o sucinto relatório.

**Fundamentação**

O CTG Clube Farroupilha, é uma associação civil de caráter sociocultural e recreativo, tendo por finalidade zelar e preservar a cultura do Rio Grande do Sul,



representada por suas tradições, história e folclore, sendo como primado maior a "Carta de Princípios" do movimento tradicionalista Gaúcho.

O CTG Clube Farroupilha busca relacionar o culto das tradições gaúchas com o regate do folclore e dos costumes, trabalhando durante todo o ano recebendo Escolas da rede municipal e estadual de ensino para propagar sua história e seu papel dentro do Movimento Tradicionalista Organizado.

Dessa forma o CTG Clube Farroupilha apresentou Plano de Trabalho, em que demonstra a qualificação da entidade, prazo de execução com início e término, apresentação de público alvo, objetivos, período de execução, plano de aplicação, metas e cronograma de desembolso para recebimento de verbas que visam auxiliar o desempenho de suas atividades.

Verifica-se da documentação apresentada que o CTG Clube Farroupilha respeita os requisitos estatutários e contábeis, previstos na Lei Federal n.º 13.019/2014 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; comprova a regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal; comprova regularidade com o FTGS e INSS; exhibe negativa de débitos trabalhistas; além de apresentar seu Estatuto Social, ata de eleição da atual diretoria e comprovação de localização atual.

Ainda, demonstra sua capacidade técnica gerencial por meio de declarações devidamente assinadas por seus representantes, com a demonstração de sua atuação regional de extrema importância e abrangência. Ainda, a instituição informa a não ocorrência de impedimentos e vedações em relação à organização e sua diretoria.

Da análise do Plano de Trabalho, verifica-se que o mérito da proposta está em conformidade com a modalidade de parceria adotada. Verifica-se que a proposta do Plano de Trabalho se mostra adequada a seus objetivos na persecução do objeto final.



Assim, adequada a transferência de recursos para a realização do Projeto desenvolvido pelo CTG Clube Farroupilha.

Outrossim, sugere-se que, conforme art. 35 da Lei n.º 13.019/2014, a parceria seja efetivada mediante inexigibilidade de chamamento público. Isso porque, nos termos do art. 31 da referida lei, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, não há, neste momento, possibilidade de competição entre organizações da sociedade civil para atendimento da demanda.

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

[...]

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Para a fiscalização da execução da parceria por parte do poder público, poderão ser utilizados todos os meios previstos em lei. Ressalta-se que a Administração Pública possui capacidade operacional para celebrar a parceria e cumprir as obrigações dela decorrentes e assumir as respectivas responsabilidades.

Por fim, quanto à eventuais vedações em razão do ano eleitoral, em especial as constantes do § 10 do art. 73 da Lei nº 9504/97, tendo em vista que não se trata aqui de distribuição gratuita, e tendo em vista que se trata de uma política pública



sendo que a entidade irá apresentar uma contrapartida ao projeto, além de estarem vinculados a um projeto, entendo, s.m.j, pela possibilidade legal de encaminhamento à Casa Legislativa.

## **Parecer**

A proposição em análise, à vista da documentação apresentada pelo proponente, atende às disposições constitucionais, legais e jurídicas, especialmente a Lei Federal n.º 13.019/2014, o Decreto Executivo n.º 6.295, de 29 de dezembro de 2017 e n.º 6.602 de 25 de março de 2019.

Assim, abstraindo-se dos detalhes técnicos alheios à sua área de atuação, esta Assessoria Jurídica OPINA favoravelmente à realização de Termo de Fomento entre o CTG Clube Farroupilha, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 89.649.313/0001-89, localizada na Rua Francisco Berenhauser, n.º 666, Bairro Penha, Município de Ijuí/RS e o Município de Ijuí/RS, com o envio de projeto de lei para o legislativo municipal, conforme prevê art. 30, VI, da Lei Federal n.º 13.019/2014, a fim de votação.

Salvo melhor entendimento, é o parecer.

Ijuí/RS, 19 de abril de 2024.

**Ricardo W. Salvador**

**OAB/RS 117.554**

**Assessor Jurídico**